

Mestrado Profissional em Saúde Coletiva da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo – CRH/SES-SP: concepção, implementação e desafios

Professional Master's Degree in Public Health of Coordinator of Human Resources/ Department of Health of the State of São Paulo - CRH / SES-SP: design, implementation and challenges.

Maria Cezira Fantini Nogueira-Martins^I Sonia Isoyama Venancio^{II} Tereza Etsuko da Costa Rosa^{III} Lenise Mondini^{IV}

Resumo

Como parte de sua missão de formar Recursos Humanos para o SUS, o Instituto de Saúde (IS/SES-SP), tutelado pela Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH/SES-SP), teve sua proposta de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva aprovada pela CAPES, tendo iniciado suas atividades em agosto de 2011. O programa conta com duas áreas de concentração, Gestão em Saúde e Práticas de Saúde, as quais abrangem as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos docentes na instituição. O objetivo do programa é formar profissionais com visão crítico-analítica das políticas públicas de saúde e para uma prática profissional transformadora visando à qualificação dos processos de atenção e gestão do sistema de saúde. Tem como público-alvo os trabalhadores de saúde que atuam nas diversas instâncias do SUS-SP. As vagas disponibilizadas, quinze a cada biênio, foram preenchidas na primeira turma por profissionais de diferentes formações e oriundos dos diversos municípios do estado. Os projetos desenvolvidos pelos alunos possibilitaram a elaboração de recomendações relevantes para a prática nos serviços de saúde em resposta às demandas identificadas por eles em seus locais de trabalhos. Como desafios ressaltam-se: manter os alunos vinculados ao programa por dois anos, tendo em vista a alta rotatividade dos profissionais nos serviços de saúde; propiciar maior aproximação com as chefias imediatas/mediatas dos alunos para a devida incorporação dos resultados das pesquisas nos serviços; e acompanhar os egressos para captar a real interferência do programa no âmbito do SUS/SP como perspectiva de avaliação a longo prazo.

Palavras-chaves: Pós-Graduação, Mestrado Profissional, Saúde Coletiva

Abstract

As part of its mission of training human resources for the Brazilian national health system (SUS), the Health Institute (IS/SES-SP), overseen by the Coordinator of Human Resources (CRH/SES-SP), had its proposed Professional Master's Degree in Public Health approved by Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), having started its operations in August 2011. The program has two areas of concentration, Health Management and Health Practices, which include the research lines developed by teachers in the institution. The goal of the program is to prepare students to have a critical and analytical view of public health policies and to transform professional practice aiming to qualify the processes of care and management of the health system. Its target audience is public health workers involved in the various segments of the SUS-SP. The first places available, fifteen each biennium, were filled by professionals from different backgrounds and coming from different cities of the state. The projects developed by the students enabled the creation of relevant recommendations for practice in health services in response to needs identified by them in their places of work. As challenges, we emphasize keeping students connected to the program for two years, given the high turnover of professionals in health services; provide closer ties with the immediate/mediate supervisors of students in order to incorporate the research results in services; track students to capture the actual interference of the Program within the framework of SUS/SP as prospect of long-term evaluation.

Key words: Post graduation, Professional Master's Degree, Public Health.

^I Maria Cezira Fantini Nogueira-Martins (mceзира@yahoo.com.br) é psicóloga. Mestre e Doutora em Distúrbios da Comunicação Humana pela UNIFESP. Pesquisadora Científica VI do Instituto de Saúde/SES-SP. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (Instituto de Saúde SES/SP).

^{II} Sonia Isoyama Venâncio (soniav@isaude.sp.gov.br) é médica pediatra, doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), docente do Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP), pesquisadora científica VI e Assistente de Direção do Instituto de Saúde – SES/SP.

^{III} Tereza Etsuko da Costa Rosa (tererosa@isaude.sp.gov.br) é psicóloga, Doutora em Saúde Pública pela USP, docente do Programa de Mestrado Profissional da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (Instituto de Saúde SES/SP), Pesquisadora Científica VI do Instituto de Saúde SES/SP.

^{IV} Lenise Mondini (lmondini@isaude.sp.gov.br) é nutricionista, Doutora em Saúde Pública pela USP, docente do Programa de Mestrado Profissional da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (Instituto de Saúde SES/SP), Pesquisadora Científica VI do Instituto de Saúde SES/SP.

Introdução

O Instituto de Saúde (IS) é um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) e tem por missão: 1). produzir conhecimento científico e tecnológico no campo da saúde coletiva promovendo sua apropriação para o desenvolvimento de políticas públicas; 2). prestar assessoria e colaborar na formação de recursos humanos, em consonância com os princípios do SUS: universalidade, integralidade, equidade e participação social¹⁰.

A instituição possui corpo técnico multidisciplinar composto por pesquisadores, em grande parte vinculados à carreira de Pesquisador Científico do Estado de São Paulo, regulamentada pela Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral⁸.

Em seus 45 anos de existência, a instituição sempre buscou contribuir para a formação e qualificação dos trabalhadores do SUS por meio da implementação de diversas modalidades de cursos, entre eles o Programa CurSUS, composto por um conjunto de cursos de aperfeiçoamento de curta duração voltados a profissionais do SUS-SP e o Programa de Aprimoramento Profissional em Saúde Coletiva^{1,13}, destinado a alunos recém-formados que buscam aprofundamento no campo da saúde coletiva para posterior inserção no sistema público de saúde.

No ano de 2009, após amplo processo de reflexão do corpo técnico sobre a missão institucional, formulou-se a proposta de desenvolvimento do Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva, alinhada à visão e objetivos da Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH/SES-SP). A opção por essa modalidade de pós-graduação deu-se em função da identificação de vários pontos comuns entre os objetivos institucionais e aqueles apontados pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação – Capes/MEC para o mestrado profissional (MP) que, em termos gerais, enfatiza o desenvolvimento de estudos e técnicas diretamente voltados para o desempenho de um alto nível de qualificação profissional e que responde a necessidades socialmente definidas, diferentes daquelas apresentadas pelo setor acadêmico².

Sendo o IS uma instituição de pesquisa vinculada a uma secretaria estadual de saúde e considerando que o estabelecimento de parcerias com serviços de saúde e instâncias de gestão do SUS sempre foi uma prática institucional, visando a identificar demandas para a realização da pesquisa, assessorias e atividades de formação, identificou-se uma vocação natural da instituição para o desenvolvimento do MP.

Segundo Carmen Teixeira¹²:

“A principal característica do mestrado profissionalizante reside, a nosso ver, no fato de ele ser oferecido a partir do estabelecimento de uma parceria entre instituições de serviço e instituições de ensino, levando-as ao mais alto grau de aproximação, em um processo que se tenta institucionalizar desde que se discute a necessidade de ‘integração ensino-serviço’, forma de superação dos modelos tradicionais de formação na área de saúde, quais sejam, o ‘modo escolar’, distanciado da realidade concreta, e o ‘modo serviço’ nela mergulhado.”

A proposta submetida à CAPES foi aprovada em 2010 e o programa, tutelado pela CRH enquanto Pró-Reitoria de pesquisa vinculada à SES-SP, teve sua implementação iniciada em agosto de 2011.

Os objetivos deste artigo são os de descrever a concepção e implementação dos três primeiros anos do programa e de apontar possibilidades e desafios a partir da experiência de condução de sua primeira turma.

A concepção do programa

A construção da proposta do programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva (MPSC) da CRH/SES, implementado pelo IS, levou em consideração as reflexões sobre o papel do MP no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Segundo Ribeiro⁶, os argumentos favoráveis à criação de mestrados profissionais como modalidade de pós-graduação *stricto sensu* no país foram defendidos com base na constatação de que a sociedade atual requer uma formação cada vez mais qualificada, mesmo para setores que não lidam com a docência nem com a pesquisa de ponta. Além disso, com o aumento das titulações no país, constatam-se que boa parte dos mestres e uma parte significativa dos doutores encaminham-se para um destino que não é o ensino superior.

Pode-se dizer que a Capes, ao incorporar essa modalidade de pós-graduação, em 1995, apostou na soma do aspecto prático ao teórico, com ênfase em problemas externos à academia, porém com qualidade avaliada e atestada dentro dos rigores da mesma academia para garantir programas de relevância para o país, além de sedimentar uma larga ponte de mão dupla entre a comunidade acadêmica e os demais setores da sociedade, que necessitam de estudos e pesquisas de qualidade³.

Assim, o Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva (MPSC) da CRH/SES foi concebido com duas áreas de concentração – Gestão e Prática de Saúde – as quais abrangem as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos docentes na instituição, quais sejam: Prática de Saúde, Sistemas e Serviços de Saúde, Condições de Vida e Situação de Saúde, Aleitamento Materno e Nutrição em Saúde Coletiva.

Tem como público-alvo os trabalhadores de saúde que atuam nas diversas instâncias da

gestão e da atenção do SUS-SP, disponibilizando 15 vagas a cada biênio. A formulação da proposta deste programa, amplamente discutida com a Coordenadoria de Recursos Humanos da SES, foi desenvolvida para possibilitar aos trabalhadores do SUS-SP a oportunidade de formação em pesquisa para resolução de problemas nos âmbitos da atenção e gestão. Dessa forma, optou-se por não se definir, *a priori*, um nicho específico de trabalhadores da SES (nível central ou departamentos regionais) ou de municípios. O entendimento foi de que a constituição de turmas de alunos com diferentes inserções poderia ser interessante para a reflexão sobre os avanços e obstáculos à consolidação do SUS-SP sob diferentes olhares e perspectivas. Consideramos, assim, que nosso programa se relaciona com diferentes instâncias e serviços próprios do SUS-SP e também com instituições parceiras (Organizações Sociais de Saúde, Fundações e Instituições de Ensino) da SES-SP e municípios na gestão de serviços de saúde.

O objetivo geral do programa é formar profissionais com visão crítico-analítica das políticas públicas de saúde e para uma prática profissional transformadora por meio da produção e aplicação do conhecimento científico, visando à solução de problemas, ou proposição de inovações para a qualificação dos processos de atenção e gestão do sistema de saúde. Tal objetivo está em consonância com a proposta de formação de atores sociais que não demandam apenas a junção de conhecimentos teóricos e práticos, mas também uma maior capacidade reflexiva que necessitará de um aprofundamento teórico próprio do mestrado acadêmico¹¹.

São ainda objetivos específicos do programa:

- contribuir com a formação de profissionais de saúde para a identificação e caracterização de problemas de saúde pública com abordagem interdisciplinar, com vistas a estabelecer

prioridades e intervir sobre a situação de saúde de diferentes grupos populacionais;

- contribuir com a formação dos profissionais de saúde no que se refere aos componentes de planejamento, organização e avaliação de sistemas de saúde para a tomada de decisões que visem à qualificação dos processos gerenciais nos diferentes níveis de gestão; e

- contribuir para a formação de profissionais no âmbito das práticas de atenção à saúde e processos de trabalho, nas dimensões da promoção, prevenção, cura e reabilitação da saúde de populações e de pessoas, visando à integralidade da produção do cuidado no contexto de implementação das políticas de saúde.

A estrutura curricular, na vigência da 1ª turma, foi composta por disciplinas obrigatórias e optativas e atividades complementares definidas junto aos orientadores (participação em congressos com apresentação de trabalho, produção de aplicativos, visitas técnicas, etc.) correspondendo a 26 créditos, além da elaboração da dissertação (ou equivalente) correspondente a 70 créditos, compondo um total de 96 créditos, tendo duração de dois anos. As disciplinas obrigatórias tiveram por objetivo a introdução dos alunos no campo da saúde coletiva; a reflexão sobre a relação entre as ciências sociais e saúde coletiva; os fundamentos do método epidemiológico e sua aplicação no âmbito da saúde coletiva; e a discussão sobre as políticas de saúde no Brasil, além de seminários temáticos e questões relacionadas à ética em pesquisa, no sentido de apoiar o desenvolvimento dos projetos. As disciplinas optativas ofereceram oportunidades de aprofundamento em aspectos relacionados à metodologia de pesquisa (quantitativa e qualitativa) de acordo com as necessidades do grupo de alunos, bem como em temas específicos das linhas de pesquisa desenvolvidas no programa.

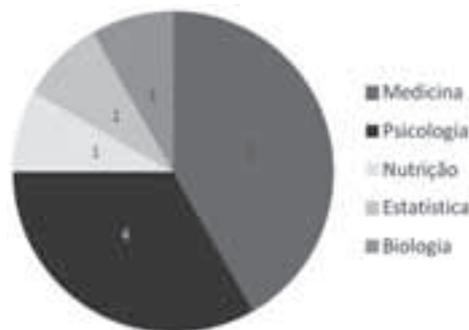
O quadro 1 apresenta as disciplinas oferecidas para os alunos da turma inicial.

Tendo em vista que os alunos continuam inseridos nos locais de trabalho durante a participação no programa, optou-se por concentrar todas as atividades presenciais das disciplinas em um único dia da semana (sextas-feiras), a fim de facilitar a liberação dos alunos por suas chefias.

Corpo docente

O programa, no biênio 2011-2013, contava com 10 docentes permanentes e 2 colaboradores, todos vinculados ao Instituto de Saúde. Dez deles são pesquisadores científicos com formação na área de saúde coletiva, sendo 11 titulados com doutorado. Na figura 1 visualiza-se a distribuição dos docentes segundo a formação, ficando claro o perfil interdisciplinar do programa.

Figura 1. Distribuição dos docentes segundo formação



Perfil discente

Segundo Ribeiro⁶ (2005) a principal diferença entre o mestrado acadêmico (MA) e o MP é o produto, isto é, o resultado almejado. No MA, pretende-se, pela imersão na pesquisa formar, a longo prazo, um pesquisador. No MP, também deve ocorrer a imersão na pesquisa,

mas o objetivo é formar alguém que, no mundo profissional externo à academia, saiba localizar, reconhecer, identificar e, sobretudo, utilizar a pesquisa de modo que agregue valor a suas atividades. Com tais características, o MP aponta para uma clara diferença no perfil do candidato a esse mestrado e do candidato ao mestrado acadêmico, o que foi constatado na experiência do programa em questão.

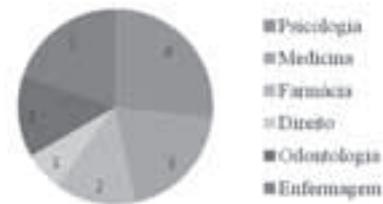
O processo seletivo da primeira turma do programa foi realizado em junho de 2011 e candidataram-se 138 profissionais de saúde cujo vínculo de trabalho atendia ao disposto no edital: servidores públicos municipais, estaduais, federais, de autarquias e de fundações (área da saúde) atuando no SUS-SP. A alta demanda identificada nesse processo seletivo confirmou a hipótese sobre a necessidade da criação de um curso nos moldes propostos. Além disso, responderam às solicitações de apresentação de um pré-projeto de pesquisa e declaração da chefia imediata de interesse no projeto, bem como anuência em relação à liberação do profissional às sextas-feiras durante 24 meses para participação no programa.

A primeira turma recebeu profissionais de diferentes formações, conforme ilustra a figura 2, em que a diversidade foi considerada um aspecto favorável por possibilitar a discussão sobre os conteúdos dos cursos sob diferentes olhares, propiciando o exercício da interdisciplinaridade.

Cabe destacar que a opção pela interdisciplinaridade como princípio pedagógico não significa negar as especialidades e especificidades de cada profissão. O seu sentido reside na oposição da concepção de que o conhecimento se processa em campos fechados em si mesmos, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares, sem uma posição unificadora que sirva de base para todas as

ciências, e isoladas dos processos e contextos histórico-culturais⁹.

Figura 2. Distribuição dos discentes segundo formação



Os locais de origem dos alunos foram: município de São Paulo (4), São João da Boa Vista (1), Campinas (2), Indiana (1), Louveira (1), Itapeitinga (1), Registro (1), Embu das Artes (1), Jacaré (1), Ilha Bela (1), Cubatão (1). Verificou-se, portanto, que não houve uma barreira de acesso em função da distância a ser percorrida pelos alunos. Verificou-se também heterogeneidade do grupo em relação à inserção no SUS. A primeira turma foi composta por 2 alunos do nível central da SES-SP, atuando nas áreas de Assistência Farmacêutica e Recursos Humanos; 1 articuladora da Atenção Básica vinculada à SES apoiando municípios de pequeno porte do interior do estado; 1 aluna inserida na atenção hospitalar na área de doenças infecciosas e 11 alunos inseridos em secretarias municipais de saúde (atuando nas áreas de vigilância epidemiológica, saúde mental, judicialização, atenção ao idoso, assistência farmacêutica, humanização e saúde da criança/aleitamento materno). Constatamos que esses alunos estavam vinculados a serviços de atenção à saúde do SUS, em média, há mais de 11 anos, sendo no mínimo há um ano e no máximo, 25 anos. Essa diversidade de inserções também possibilitou ao grupo o compartilhamento de diferentes visões e experiências sobre o SUS, enriquecendo o processo de formação.

Coordenação e implementação do programa

Internamente ao IS, o MPSC é coordenado pela Comissão de Pós Graduação – CPG, constituída por três docentes permanentes do programa (sendo um deles o coordenador), escolhidos por consenso do corpo docente, e um representante discente. Desde o início de sua implementação, o programa privilegiou a construção coletiva, envolvendo a CPG, docentes e alunos e foi marcado por avaliações processuais visando ao seu aprimoramento.

Como aspectos favoráveis do processo podemos citar a realização de reuniões mensais com todos os docentes do programa, com o objetivo de planejar a grade curricular, discutir os conteúdos das disciplinas, realizar avaliação das disciplinas e monitorar o desenvolvimento dos projetos dos alunos; a interlocução permanente com os representantes dos alunos, buscando avaliar o processo de formação sob a visão dos discentes e a realização de rodas de conversa e dinâmicas para avaliação dos alunos em relação ao programa, o que possibilitou o

aprimoramento da grade curricular para a segunda turma, que iniciou em 2014, sendo este um dos itens revistos pelo programa de acordo com a avaliação da CAPES, ainda parcial, com vistas a ajustar o número de disciplinas metodológicas e as instrumentais.

Produtos da primeira turma

Os MP são cursos voltados à problemática identificada pela instituição ou proposta por instituições/entidades/ empresas específicas, que tragam, como demanda, um campo de problemas a serem enfrentados, e, como alunos, os profissionais aos quais cabe a tarefa de equacioná-los no cotidiano⁵.

Nesse sentido, os resultados das dissertações defendidas em 2013 e 2014, produtos desenvolvidos pelos alunos da primeira turma do MPSC apresentados no quadro abaixo, podem exemplificar o potencial do programa para dar respostas às demandas trazidas pelos alunos e discutidas no contexto de sua prática profissional.

Quadro 2. Projetos concluídos pela primeira turma do Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva (MPSC) da CRH/SES, 2014.

Título do Projeto	Formação do aluno	Âmbito do Projeto	Potencial de aplicabilidade
Avaliação do déficit cognitivo e sua relação com características sociodemográficas, com condições de saúde e com o estilo de vida de pessoas idosas atendidas na Atenção Básica no município de Jacareí, S. Paulo.	Médica	Jacareí - SP	Estes achados contribuíram para a justificativa da elaboração do programa municipal de atenção às síndromes demenciais de idosos, que pretende implantar um protocolo de diagnóstico e tratamento do agravo, otimizando os serviços existentes e com o planejamento de educação permanente dos profissionais no manejo da doença com o tratamento com medicamentos e/ou em ações de reabilitação neuropsicológica.
A mortalidade infantil e a atuação dos comitês nos municípios do Litoral Norte de São Paulo de 2003 a 2012.	Enfermeira	Ilhabela	Para a melhoria das ações dos comitês é necessário que os gestores municipais de saúde deem maior apoio, tanto do ponto de vista estrutural quanto no processo de trabalho dos membros. Os resultados deste estudo serão apresentados a todos os secretários de Saúde dos municípios do litoral norte, no sentido de colaborarem na elaboração de uma ação estratégica na região.

Título do Projeto	Formação do aluno	Âmbito do Projeto	Potencial de aplicabilidade
Promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na última década (2002-2012) no município de Embu das Artes, SP	Dentista	Embu das Artes	Fornecer aos gestores e profissionais da saúde de Embu das Artes e cidades similares uma descrição de uma retrospectiva histórica, bem como uma avaliação das ações realizadas em uma década, propiciando uma reflexão crítica e um possível realinhamento da política municipal, pois indica estratégias que propiciam preencher lacunas importantes para melhorar os índices de aleitamento materno, e, como consequência a saúde de crianças e mães.
Residências Terapêuticas no “Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira”: estratégia, avanços e desafios para as Políticas de Saúde Mental em Campinas.	Psicóloga	Campinas-SP	Apresenta-se a necessidade de aprofundar e institucionalizar mecanismos e estratégias junto aos demais equipamentos e níveis de atenção em saúde e outros setores sociais. Indica-se a articulação não só dos profissionais, mas também dos gestores, no planejamento, na provisão e na execução de medidas e ações intersetoriais envolvidos no tema e mesmo de âmbito das relações interfederativas.
Atendimento Preferencial nas Farmácias de Medicamentos Especializados da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo: proposta de critérios.	Farmacêutica	Estado de São Paulo	A aplicabilidade dos resultados será viabilizada nas farmácias pela implantação de um guia de orientações.
Saúde Mental na Atenção Básica em município do interior do estado de São Paulo: a pesquisa-ação como estratégia de fortalecimento da rede de serviços de atenção ao sofrimento psíquico.	Enfermeira	Indiana - SP	Além das transformações assistenciais significativas na área da saúde mental alcançadas, a equipe percebeu sua capacidade de reflexão sobre o seu papel na AB, sua capacidade de realizar mudanças e de gerar transformações em suas ações e nas práticas institucionais, dentro dos espaços de atuação coletiva que foram construídos no processo de desenvolvimento da pesquisa-ação.
Farmacêuticos na Atenção Básica: um estudo na Coordenadoria Regional de Saúde Leste da Secretaria municipal da Saúde de São Paulo, SP	Farmacêutica	São Paulo - SP	Para a melhoria da Assistência Farmacêutica na região estudada, há necessidade de: atingir a meta de, pelo menos, um farmacêutico em cada unidade; promover sua inserção nas equipes; melhorar a infraestrutura das farmácias; investir em atividades de capacitação e avaliação dos recursos humanos. No sentido de promover a capacitação de recursos humanos, considera-se como ator privilegiado a Escola Municipal de Saúde, especialmente o Grupo Técnico de Educação Permanente em Saúde – CTEPS e seus Núcleos Regionais. Nessa medida, os resultados deste estudo serão apresentados e discutidos junto ao Núcleo de Educação Permanente da Coordenadoria de Saúde Leste, para possíveis encaminhamentos na região.
Avaliação da qualidade dos serviços de Atenção Básica, segundo modelo de atenção, na Região de Saúde do Rio Pardo – SP.	Dentista	Região de São José do Rio Pardo - SP	A divulgação e a apropriação dos resultados é fundamental tanto para os gestores, detentores de governabilidade capazes de implementar políticas na gestão, quanto para os trabalhadores das equipes de saúde capazes de desencadear mudanças imediatas em nível local. Embora a divulgação dos resultados encontrados para a RS Rio Pardo se constitua em “pontapé inicial” para a incorporação dos resultados das avaliações, permanece ainda o desafio de como torná-las processos contínuos capazes de efetivamente modificar as práticas e motivar profissionais e gestores na constante busca pela melhoria da saúde da população.

Título do Projeto	Formação do aluno	Âmbito do Projeto	Potencial de aplicabilidade
Acolhimento de usuários de álcool por profissionais de enfermagem em equipes de Saúde da Família do município de Campinas, SP	Enfermeiro	Campinas - SP	Os resultados deste estudo serão apresentados ao Centro de Educação dos Trabalhadores da Saúde de Campinas (CETS), como subsídio para o planejamento das ações de capacitação dos servidores, no sentido de buscar suprir as falhas apontadas e de implementar as ações indicadas como necessárias para o melhor atendimento e detecção precoce de pessoas com uso prejudicial de álcool. Evidencia-se, também, a necessidade de criação de um CAPS ad na área de abrangência da região estudada.
Núcleo de Educação Permanente em região de municípios de pequeno/médio porte: desafios e potencialidades.	Médico	Itapetininga-SP	Haverá o retorno social dos resultados da pesquisa, a partir de uma apresentação com debate no NEP do CGR, visando ampliar as atividades em EP e, assim, contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento do SUS na região.
Considerações acerca dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens que nasceram com HIV em tratamento em um ambulatório especializado em HIV/Aids na cidade de São Paulo.	Psicóloga	São Paulo-SP	A análise realizada pode contribuir e ou subsidiar intervenções educativas direcionadas aos profissionais que atendem crianças e adolescentes com HIV/Aids reforçando a necessidade da incorporação dos temas de sexualidade, respeitando os direitos sexuais e reprodutivos, em seus protocolos de atendimento.
Afastamentos por problemas de saúde dos servidores públicos estatutários da Coordenadoria de Serviços de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.	Psicóloga	Estado de São Paulo	Este estudo levantou dados ainda desconhecidos ou pouco explorados na Secretaria de Saúde e que são importantes para subsidiar possíveis tomadas de decisão por parte dos gestores de pessoas. São poucas as obras disponíveis no Brasil que tratam do absenteísmo por doença nas empresas públicas. O trabalho mostrou que, embora os dados estejam registrados em sistemas, a obtenção das informações utilizadas na análise não se constituiu em tarefa simples, exigindo intensa manipulação dos arquivos. Nesse sentido, as organizações encontrarão neste trabalho justificativas para investir na busca e manutenção de bancos de dados que consolidem as informações disponíveis sobre afastamentos por motivos de saúde.

É importante ressaltar que o desenvolvimento dos projetos possibilitou a elaboração de recomendações relevantes para a prática nos serviços de saúde, para o planejamento e gestão. Além disto, espera-se que parte substancial das proposições seja revertida aos usuários do SUS.

Desafios e perspectivas

Santos e colaboradores⁷, analisando a linha histórica da legislação relativa ao MP, sinaliza que as indefinições iniciais em relação à sua implementação vêm progressivamente dando lugar ao entendimento de que a identidade dessa modalidade de formação pressupõe práticas

pedagógicas que promovam o estreitamento das relações entre a academia e o mundo do trabalho.

A partir, porém, da experiência de implementação da primeira turma do MPSC do IS foi possível identificar alguns desafios para o alcance pleno de seus objetivos. A primeira questão que chama a atenção é a dificuldade em manter alunos vinculados ao programa por dois anos, tendo em vista que a alta rotatividade dos profissionais nos serviços é uma característica do sistema público de saúde por diversas razões, que incluem precarização dos vínculos, baixos salários, mudanças de gestores, entre outros.

Na primeira turma houve desistência de três alunos e alguns mudaram sua inserção

profissional durante o curso, necessitando realizar ajustes nos projetos inicialmente propostos. Isso acarretou dificuldades para o cumprimento do prazo para defesa da dissertação em alguns casos, apesar das várias estratégias de apoio aos alunos, adotadas pelos docentes e pela CPG. Vale ressaltar que esse aspecto consiste em um grande desafio, pois foge à governabilidade dos alunos e do programa.

A ausência de apoio financeiro ao programa, uma vez que ele é oferecido por uma instituição de pesquisa da administração direta para profissionais inseridos em serviços públicos de saúde e que a Capes não mantém auxílios regulares para essa modalidade de pós-graduação, também pode ser considerada um aspecto limitante.

Outro desafio diz respeito à incorporação dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do MPSC. Algumas estratégias foram adotadas visando à aproximação com as chefias imediatas/mediatas dos alunos, nos momentos de qualificação e defesa da dissertação e por meio de visitas dos docentes aos locais de trabalho.

No entanto, identificamos a necessidade de acompanhamento dos egressos do programa para melhor apreendermos os impactos da realização das pesquisas desenvolvidas no âmbito do MPSC, a exemplo das avaliações que algumas coordenações de programas de MP vêm realizando^{4,7} (Nepomuceno et al, 2012; Santos et al, 2014). Segundo Quelha e colaboradores⁵, a avaliação do MP deve considerar, sobretudo, seus resultados específicos, a saber, o valor agregado ao aluno pelo curso. Para tanto, é particularmente importante o trabalho de conclusão ou os trabalhos realizados ao longo do curso, que preferencialmente devem constituir casos de aplicação de conhecimento científico ao ambiente profissional para o qual se volta o MP. Além disso, o autor aponta a importância da captação de dados

constantemente atualizados sobre o destino do egresso após um tempo razoável de sua conclusão do curso (de preferência, dois anos) e que esse dado, convenientemente monitorado, captaria o cerne da qualidade do MP. Um MP que tenha acrescentado a capacidade de seu titulado de interferir positivamente no ambiente profissional será um sucesso.

É nessa direção que pretendemos rumar.

Referências bibliográficas

1. Escuder MML, Nogueira-Martins MC, Venancio SI, Bogus CM. Aprimoramento em Saúde Coletiva: reflexões. São Paulo: Instituto de Saúde, 2000. 95p. (Temas em saúde coletiva, 1)
2. Goldbaum M. Mestrado Profissionalizante em Saúde Coletiva. In: Leal MC, Freitas CM, organizadores. Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. p.27-32.
3. Hortale VA, Leal MC, Moreira COF, Aguiar AC. Características e limites do mestrado profissional na área da Saúde: estudo com egressos da Fundação Oswaldo Cruz. *Ciênc Saúde Col*. 2010;15(4):2051-2058.
4. Nepomuceno LDO, Costa HG. Mapeamento de percepções na avaliação dos impactos do mestrado profissional no perfil do seu egresso. *Produção* [periódico na internet]. 2012 [acesso em 2 out 2014];22(4): 865-873. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/2012nahead/aop_200802012.pdf
5. Quelhas OLG, Faria Filho JR, França SLB. O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. *Rev Bras Pós Grad* [periódico na internet]. 2005 [acesso em 2 out 2014];2(4): 97-104. Disponível em: <http://ojs.rbpq.capes.gov.br/index.php/rbpq/article/view/82/78>
6. Ribeiro RJ. O mestrado profissional na política atual da Capes. *Rev Bras Pós Grad* [periódico na internet]. 2005 [acesso em 2 out 2014];2(4): 8-15. Disponível em: <http://ojs.rbpq.capes.gov.br/index.php/rbpq/article/view/72/69>
7. Santos GB, Hortale VA. Mestrado Profissional em Saúde Pública: do marco legal à experiência em uma instituição de pesquisa e ensino. *Ciênc Saúde Col* [periódico na internet]. 2014 [acesso em 2 out 2014];19(7):2143-2155. Disponível

em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S1413-81232014000702143&lng=en&nrm=iso

8. São Paulo (Estado). Lei Complementar n. 125, de 18 de novembro de 1975. Cria a carreira de Pesquisador Científico no estado de São Paulo [lei na internet]. [acesso em 02 out 2014]. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1975/lei.complementar-125-18.11.1975.html>

9. Saupé R, Wendhausen ÁLP. O mestrado profissionalizante como modelo preferencial para capacitação em Saúde da Família. *Interface* [periódico na internet]. 2005 [acesso em 2 out 2014];9(18): 621-630. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n18/a16v9n18.pdf>

10. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Instituto de Saúde. Relatório de Atividades 2012. São Paulo, 2012.

11. Silveira VO, Pinto FCS. Reflexões necessárias sobre o mestrado profissional. *Rev Bras Pos Grad* [periódico na internet]. 2005 [acesso em 2 out 2014];2(4):38-47. Disponível em: <http://ojs.rbpbg.capes.gov.br/index.php/rbpbg/article/view/76/73>

12. Teixeira C. Significado estratégico do Mestrado Profissionalizante na consolidação do campo da saúde Coletiva. In: Leal MC, Freitas CM, organizadores. *Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. p. 33-48.

13. Venancio SI, Conversani DT, Bersusa A. A inserção dos Aprimorandos em um Projeto de Pesquisa sobre O Programa de Saúde da Família: por quê, como, onde e para quem? *BIS – Bol Inst Saúde*. 2005;(37):5-6.